

OS CONFLITOS RELIGIOSOS E POLÍTICOS NA CHINA: AS DIFICULDADES DE UMA SUPERPOTÊNCIA EM REPUTAR OS DIREITOS HUMANOS

Tatiana Baleia

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

Os atos de repressão política por parte do governo chinês continuam a invadir as nossas notícias regularmente. Desde o massacre na Praça de Tiananmen em 1989 até à mais recente descoberta de campos de reeducação na região de Xinjiang que a China continua a surpreender a Comunidade Internacional com os seus “constantes” ataques aos Direitos Humanos. Neste sentido, este working paper irá incidir na compreensão da evolução histórica da religião na China e das suas minorias étnicas e religiosas desde o início da Dinastia Qing até aos nossos dias, como irá também incluir a resposta do governo face a estes temas e grupos. Para além disso, este artigo contempla uma respetiva análise crítica dos acontecimentos que perduram em Hong Kong, Taiwan e em Sinqião, regiões vistas como “problemáticas” para a República Popular da China. Por fim, iremos observar a reação e o respetivo papel da Comunidade Internacional quanto aos comportamentos desumanos desta superpotência e, assim, identificar possíveis soluções.

Palavras-chave

China; Comunidade Internacional; Direitos Humanos; Hong Kong; Minorias Étnicas; Sinqião; Taiwan; Tibete

¹ Licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Introdução

No dia 10 de dezembro de 1948 celebrava-se um dos maiores feitos para o humanitarismo internacional com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas (Organização das Nações Unidas, 1948). Desde então, como forma de apagar os danos provocados pela Segunda Guerra Mundial, os estados-membros da ONU fizeram de tudo ao seu alcance para, não só assegurar os Direitos Humanos, como também para responsabilizar os seus incumpridores. Contudo, alguns destes estados-membros têm vindo a falhar, de uma forma regular, em cumprir com um dos principais pilares das Nações Unidas, como é o caso da China. Neste sentido, iremos rever alguns dos comportamentos que a China tem apresentando ao longo da História no que toca a este tema tão essencial que é os Direitos Humanos.

O desrespeito dos Direitos Humanos por parte da China não é uma novidade para a Comunidade Internacional. O massacre na Praça de Tiananmen de 1989, as constantes e atuais perseguições aos manifestantes de Hong Kong, e agora, mais recentemente, a descoberta de 380 campos de detenção para uigures (*Público,2020*), são apenas alguns dos acontecimentos alarmantes que tanto têm preocupado a Comunidade Internacional. Todavia, estes momentos vão ainda mais além na História Chinesa. Os ataques e as perseguições a minorias étnicas e religiosas são acontecimentos que se encontram muito presentes na História Imperial Chinesa da Dinastia Qing, e não só atualmente, e que persistiram com as novas governações após a queda da última dinastia.

Assim, numa primeira parte, este working paper irá explorar vários tópicos. Por um lado, irei abordar pormenorizadamente as relações entre a região de Sinqião, o Tibete e Yunnan com o governo chinês e explorar as suas relações desde 1644 até hoje. Juntamente com isto, irei mencionar as atitudes opressoras de alguns governos da China para com as minorias étnicas destas regiões. Por outro lado, também irei analisar alguns ataques religiosos que aconteceram na China após a queda da última dinastia e como estes desempenharam um papel importante no seu desenvolvimento cultural.

Numa segunda parte, irei relacionar as atitudes independentistas de Hong Kong e de Taiwan com o desrespeito ético de Xi Jinping para com os seus cidadãos e, em simultâneo, levantar possíveis soluções.

De seguida, serão compreendidos os impactos dos recentes acontecimentos na região de Sinqião com a descoberta dos campos de reeducação e o impacto destes mesmos na Comunidade Internacional.

Numa parte final, irei observar a reação da Comunidade Internacional, incluindo a ação norte-americana, a reação dos média, do indivíduo e dos mercados, enquanto atores essenciais na conjuntura atual.

Num momento de grande influência chinesa ao nível dos mercados e das relações internacionais é imperativo compreender se as atitudes da China perante os Direitos Humanos serão sustentáveis na atual Anarquia Internacional. Num panorama de constantes revoltas por parte da Sociedade Civil, como se tem visto com a questão do racismo sistémico e das alterações climáticas, serão as atitudes chinesas mais um risco para o seu papel enquanto superpotência mundial que demonstra sérias dificuldades em acompanhar com as mudanças de mentalidades e de comportamentos?

1. Evolução histórica das minorias étnicas e religiosas na China

A crença ou a convicção numa entidade divina é uma ação praticada por múltiplas culturas há vários milhares de anos, fenómeno este que se mantém nos dias hoje, e que permitiu o desenvolvimento de várias etnicidades por todo o mundo. A religião continua a ser uma das características diferenciadoras de culturas, capaz de unir ou desagregar povos, e, por isso mesmo, esta demonstra-se essencial para o desenrolar da história da Humanidade.

Com isto em mente, a China não é uma exceção desta ocorrência e é, de facto, um dos países que apresenta uma história religiosa muito antiga, com mais de 7000 anos (Mark, 2016) e com pegadas religiosas muito anteriores ao Confucionismo, ao Budismo e ao Taoismo, algumas das religiões oficiais deste país atualmente. Desde então e até aos dias de hoje, a China tornou-se num país constituído por várias minorias étnicas e religiosas com um total de 56 etnicidades espalhadas pelas suas várias regiões². Embora grande parte da sua população, sensivelmente 92%, seja constituída pela etnia Han com o mandarim como língua oficial e 8 dialetos espalhados por todo o país, os

² De acordo com os censos de 2010. Disponível em <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/CensusData/>.

restantes 8% da população apresentam uma diversidade cultural ainda maior e com enormes influências externas. Contudo, estas são extremamente condicionadas por diversas dificuldades devido à sua heterogeneidade, algo que ainda se mantém como um assunto sensível nos tempos em que vivemos.

Os outros 8% da população, como foi acima mencionado, são caracterizados por um grande número de etnicidades e diferentes religiões. Por um lado, à exceção da etnia Han, uma das maiores etnias chinesas são os uigures, equivalendo a aproximadamente 0,8% da população, situados na região de Sinqião, juntamente com outras 10 etnias diferentes, contabilizando, sensivelmente, um total de 2% dos cidadãos. Por outro lado, outras etnias existentes são os Hui que, relativamente semelhantes à etnia Han, se diferenciam pelas suas influências árabes e persas. Para além destes, existem também os Tibetanos e, como o nome indica, pertencem à região autónoma do Tibete, com influências budistas e que representam cerca de 0,47% da população chinesa com mais de 6 milhões de habitantes, excluindo outras duas etnias que habitam nesta região, a etnia Lhoba e Mongba. Por fim, temos também na região de Yunnan, que é considerada uma das zonas chinesas com maior diversidade, um total de 21 etnias distintas e com influências imperialistas francesas e inglesas.

Dito isto, irei explorar um pouco sobre a região de Sinqião, do Tibete e de Yunnan, refletir sobre o seu passado histórico e as suas relações com o governo central chinês.

Sinqião, localizado no noroeste da China, foi uma região anexada ao império chinês muito tarde, apenas em 1884, após diversos conflitos com a dinastia Qing. Até à anexação chinesa, os uigures tinham uma outra história para contar sobre o seu povo e sobre a sua região. Antes de ter este nome, Sinqião denominava-se por Turquestão Este e era governado por elites turcas muçulmanas. A religião era, tal como hoje, um assunto muito importante para o povo uigur, pois foram governados desde o século XI por sufistas muçulmanos. Um dos principais líderes políticos sufistas, entre os vários que governaram o povo uigur, foi Appa Khoja em 1679 e que, devido ao seu nome “Khoja”, fazia parte de um grupo muito antigo de indivíduos convertidos do Hinduísmo ao Islamismo vindos da Índia, proporcionando um maior intercâmbio cultural com esta minoria. Contudo, os restantes governantes que se seguiram de origem Khoja foram retirados dos seus postos em 1759 pelo governo chinês numa das tentativas expansionistas pelo continente asiático iniciando, assim, um ciclo de

conflitos e rebeliões entre a cultura muçulmana e os manchus, elite governante da última dinastia, que acabou por denominar esta região como a “nova fronteira”, Xinjiang. Começou, assim, um período histórico de muitas revoltas independentistas por parte dos uigures com a ajuda de muitos líderes, com destaque para Yakub Beg. Este liderou Xinjiang de 1867 a 1878 sob a forma de um governo independentista com uma “autoridade religiosa com o poder político e militar” (Elleman and Paine, 2019) consolidado e que se focou em criar laços comerciais com outros impérios, mais especificamente, com o Império Britânico, que reconhecia este governo diplomaticamente, com o Império Russo, e até chegou a solicitar relações comerciais e diplomáticas com o Império Otomano. Todavia, estes esforços demonstraram-se insuficientes para colocar um término às tentativas expansionistas do Império Chinês e este acabou por anexar Xinjiang ao seu território em novembro de 1884 com o derrube do governo de Yakub Beg em 1878 após a sua morte súbita. Com a queda da dinastia em 1911, a região de Sinqiã tentou governar de forma independente e autónoma do estado chinês, mas esta foi, mais tarde, anexada como uma região autónoma por parte do governo comunista com a condição de este ser um novo local para as práticas comerciais e industriais da etnia Han.

O Tibete, tal como a região mencionada anteriormente, também demonstrou alguns problemas com o governo central chinês graças às suas diferenças políticas de carácter independentista. Localizado no Sudoeste da China, o Tibete é uma região budista, uma das religiões reconhecidas na atual Constituição Chinesa. Esta região sempre se denotou pelo seu nacionalismo independentista, constituído por uma religião própria e governadores, sem o interesse de receber a intervenção de terceiros no seu espaço territorial que, como iremos ver de seguida, aconteceu com alguma regularidade com a China. Os problemas entre a China e o Tibete começaram a intensificaram-se com as provocações imperialistas chinesas no decorrer do século XVIII. Por um lado, o imperador Qianlong foi o responsável por “ajudar” na retirada das tropas Dzungars vindas da Mongólia que se tinham acomodado no Tibete em 1717, mas isto apenas resultou no genocídio deste povo mais tarde em 1755 como parte da campanha “The Ten Complete Victories” de Qianlong para expandir o seu império. Por outro lado, a China aproveitou este período de instabilidade no Tibete para o anexar ao seu território em 1722, ainda antes do Genocídio, deixando para trás uma forte presença chinesa nos assuntos políticos desta região. Com a queda do último império chinês, a nova república e a sua constituição salientavam a importância do Tibete como parte do seu território,

mas esta realidade alterou-se após a implementação da República Popular da China. Os desejos do governo central eram de aumentar as liberdades da região do Tibete e de reformar o sistema feudal existente o que, conseqüentemente, originou a rebelião das elites tibetanas que não pretendiam perder o seu poder. Pelo menos foi essa a imagem que o novo governo comunista quis transmitir sobre os acontecimentos. Na realidade, como forma de garantir a “libertação” do povo do Tibete, a China recorreu a invasões para pressionar o governo local a cumprir com os seus desejos. Depois de um longo processo de negociações e o envolvimento das nações unidas e de outros países, o Tibete é na mesma pressionado a assinar o “The 17 Point Agreement”, pois, caso contrário, este seria invadido mais uma vez pelo exército chinês. Contudo, o 14º Dalai Lama e restantes ministros acabaram por discordar do conteúdo deste mesmo, aumentando as tensões e os conflitos armados entre a República Popular da China, criando, mais uma vez, enormes desvantagens para o Tibete. Apenas em 1959 é que se oficializou o processo de democratização do Tibete com o envolvimento das Nações Unidas, responsáveis pela criação de 3 resoluções. Após este processo, as relações entre ambos não apresentaram melhorias significativas, continuando a ser uma problemática fortemente discutida na política interna chinesa e na política externa de outras potências.

Por fim, temos a região de Yunnan, localizado na fronteira com o Myanmar e o Laos. Esta região ripostou diferenças religiosas de carácter muçulmano com o governo central chinês, envolvendo algumas potências estrangeiras. A partir de 1821 durante o governo de Qianlong, A sua população viu-se, não só pressionada pelas suas diferenças religiosas, mas também muito restringida pelas dificuldades socioeconómicas que passava em comparação com as restantes etnias. Devido a um clima escalado de tensões e sem um fim próximo destes mesmos, os muçulmanos de Yunnan viram-se obrigados a combater o exército chinês em 1855 até 1873, chefiados por Du Wenxiu, originando a conhecida “Revolta dos Panthay” em que, curiosamente, foram utilizadas armas britânicas vindas da Birmânia. Este conflito resultou na morte de muitos muçulmanos e na vitória do Império graças à ajuda das forças armadas francesas. Pode-se considerar este evento, e restantes momentos da História de Yunnan, como cruciais para não só compreender o dinamismo de poder da China, como também as influências imperialistas de determinadas potências europeias na Ásia. Estas influências são demonstradas, por um lado, com a ocupação do Norte de Yunnan até à 1ª Guerra Mundial pela Grã-Bretanha, e por outro lado, pela esfera de influência detida pela França com as ocupações

na Indochina. Hoje, a região de Yunnan está a ser totalmente desenvolvida e melhorada para se tornar na ponte entre o Sudeste Asiático e o Sul da Ásia de maneira a diminuir as disparidades regionais, o que demonstra uma atitude da China politicamente diferente com as anteriormente mencionadas.

Depois deste pequeno apanhado sobre alguns dos conflitos religiosos e tensões governamentais entre a China e as suas várias etnias, compreende-se várias semelhanças e até algumas tendências que ainda nos dias de hoje perduram no governo de Xi Jinping, governo este que se pode considerar substancialmente diferente dos restantes impérios e repúblicas que a China já conheceu. As anexações imperialistas continuam a ser um grande tema de debate na política interna da China que não pretende ver o seu território diminuído. Os confrontos religiosos ainda se fazem sentir com grande ênfase num período histórico de maior abertura por parte de uma comunidade internacional laica. As tensões nacionalistas também continuam a não surpreender a República Popular da China depois de analisadas as grandes diferenças de culturas que o seu espaço territorial abrange, combinados com a pouca tolerância do governo central para com a heterogeneidade do seu povo.

A partir de 1644, o começo da última dinastia chinesa, e até aos dias de hoje, tanto na China como noutros países, que a diferença religiosa continua, persistentemente, a deixar grandes marcas na política externa e interna dos estados. Foram muitos os eventos na História das Relações Internacionais onde este aspeto se manteve bastante visível, chegando a ser destrutivo muitas das vezes. Desde as guerras religiosas na França, momento anterior à criação do Sistema de Vestefália, à Guerra dos 30 anos (1618-1648), aos campos de concentração nazis, aos ataques do 11 de setembro e as suas consequências, entre muitos outros eventos, que o Sistema Internacional se foi alterando drasticamente para aquilo que hoje conhecemos.

Contudo, os problemas religiosos na China não ficam por aqui. Com a queda do Império Qing em 1911 e a implantação da nova República, a China viu-se confrontada por movimentos de destruição de templos religiosos e de perseguição de alguns grupos minoritários. No decorrer do século XIX, o último império chinês estava a ser cada vez mais questionado pelos cidadãos, especialmente as elites intelectuais da época. Agonizados com a maior entrada de influência estrangeira no seu território, incluindo o Cristianismo, estas mesmas elites consideravam o sistema chinês insuficiente e, por isso, concentraram os seus esforços em produzir um novo tipo de nacionalismo que

fosse capaz de subverter estes novos acontecimentos em prol de uma nova cultura chinesa. Este movimento ficou conhecido na história como a “Revolta dos Boxers”, seguinte à “One Hundred Days of Reform”, e que resultou no cerco das embaixadas em Beijing em 1900. Como resposta a este evento, a Comunidade Internacional, que na altura consistia “na França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália” (Kissinger, 2011), ou as Oito Potências, libertaram as suas embaixadas em Beijing e impuseram o pagamento de indemnizações no valor de 330 milhões de dólares após a assinatura do Protocolo Boxer a 7 de setembro de 1901. Com este escalão de eventos, o último império vê os seus dias contados, levando ao seu fim com a proclamação do novo Presidente nacionalista Sun Yat-sen a janeiro de 1912.

Com o novo governo chinês de índole nacionalista, a liberdade religiosa continuou a não ser um direito garantido a muitos dos seus cidadãos. De facto, a religião começou a ser mal vista entre as elites intelectuais da época, as mesmas mencionadas anteriormente e que foram responsáveis pela criação de um movimento antiocidental, sendo agora responsáveis por um novo movimento na China, o iconoclasmo, definido pela destruição de templos religiosos e ancestrais. Por fim, com a queda deste governo e a inauguração do regime comunista na China, a República Popular da China é proclamada em 1949, mantendo-se até à atualidade.

A China hoje é oficialmente um país laico e que na sua constituição, no artigo 36, entende o respeito à liberdade religiosa de cada indivíduo, reconhecendo o Catolicismo, o Budismo, o Islamismo, o Protestantismo e o Taoísmo como religiões oficiais praticadas pelos seus cidadãos. Para além disso, com as atualizações à Constituição Chinesa em 2004, esta passa a enaltecer o respeito pelos Direitos Humanos através de uma forma jurídica no parágrafo 8, artigo 33, "O Estado respeita e preserva os Direitos Humanos" [The State respects and preserves human rights]. Contudo, a realidade ainda é bastante diferente para aqueles que discordam dos ideais políticos e religiosos do governo Chinês, como já foi mencionado e como iremos ver também de seguida.

2. O caso de Hong Kong e Taiwan

Os conflitos religiosos não são os únicos problemas que afligem a República Popular da China. Nas últimas décadas, o Partido Comunista Chinês tem aumentado cada vez mais os seus esforços para limitar os movimentos independentistas de cariz político dentro do seu país, levando a inúmeras chamadas de atenção por parte da Comunidade Internacional. Dito isto, irei mencionar os acontecimentos mais recentes e o contexto histórico dos dois eventos mais conhecidos atualmente sobre as reivindicações independentistas dentro do território chinês, o caso de Hong Kong e de Taiwan.

Hong Kong, ex-colónia britânica, é uma região administrativa especial que faz desde 1997 parte da medida “um país, dois sistemas” juntamente com Macau, ex-colónia portuguesa, que se juntou dois anos mais tarde, como forma de unir estes territórios à China e ao mesmo tempo manterem algumas liberdades a que outras regiões não têm acesso. Anteriormente a esta concessão, a China e Hong Kong já foram palco de muitas atenções devido ao desrespeito dos Direitos Humanos. Quase no final da Guerra Fria e num período de apaziguamento das relações chinesas com o mundo, como uma das medidas do governo comunista de abertura ao exterior, a China viu os seus esforços a retrocederem após o sucedido na Praça de Tiananmen em 1989. Os estudantes de Hong Kong, num pedido de maior liberdade de expressão e de democracia, viram os seus pedidos totalmente desprezados após sucessivos ataques militares juntamente com a morte de muitos dos seus protestantes e com o aprisionamento de dez mil cidadãos. Depois de muitas tentativas para esconder o sucedido do resto do mundo, outras entidades responsabilizaram-se por deitar cá para fora os desastrosos ataques cometidos nos dias 4 e 5 de junho de 1989, como foi o caso de vários média estrangeiros. Este evento foi também discutido pela ONU, todavia o Secretário do Conselho de Segurança da altura, Javier Pérez de Cuéllar, considerava que não seria possível à comunidade internacional intervir nos assuntos internos de um país na medida em que este é um dos princípios fundadores da soberania dos estados. Outros estados tentaram recorrer a medidas “mais fortes” como foi o caso dos Estados Unidos durante o governo de George H. W. Bush ao suspenderem a venda de material militar avaliado por mais de 700 milhões de dólares. Medidas mais fortes não foram aplicadas por parte desta potência mundial, pois este país encontrava-se em negociações com a China e, por isso, não poderia apresentar sanções ou medidas mais duras como outros desejariam. Podemos considerar que a Comunidade Internacional falhou em dar uma resposta aos

cidadãos de Hong Kong que viram os seus direitos totalmente retirados naquele massacre e nos meses anteriores e posteriores a esse momento. No entanto, hoje existem várias entidades que, dia após dia, pretendem finalmente trazer justiça a todos os indivíduos envolvidos. Temos o caso da *Human Rights Watch* que é persistente em analisar e a catalogar todas as informações a respeito deste caso, dando uma enorme importância a incluir os aprisionamentos e as libertações deste acontecimento nos seus relatórios. Existem também comemorações em todo o mundo para prestar homenagem a todos os envolvidos nesse massacre para que seja um momento que nunca caía no esquecimento das gerações futuras e lembrar que um dia a justiça ainda poderá vir a ser realizada.

Depois deste sucedido, as manifestações de Hong Kong até aos dias de hoje não parecem diminuir e continuam a aparecer nas nossas notícias numa base regular, dando ênfase mais uma vez à contínua repressão do governo central para com os manifestantes, sendo de salientar que, agora, existe uma maior atenção da comunidade internacional para com este tipo de eventos. As mais recentes manifestações começaram a sentir-se a partir de junho de 2019 depois de ter sido aprovada uma emenda que permitiria à China extraditar os seus indivíduos, contando com mais de 1 milhão de cidadãos na rua a marchar pelos seus direitos. Contudo, desta vez, a Comunidade Internacional decidiu tomar uma posição mais rígida para com estes acontecimentos, tal como iremos ver num dos capítulos seguintes.

Diferentemente de Hong Kong, Taiwan apresenta a sua própria constituição³, exército e governo, mas devido à “One China Policy” é muito difícil a esta região agir em concordância com o Sistema Internacional, visto que a China se denomina como autoridade oficial dos assuntos externos, deixando Taiwan muito dependente das suas decisões. Um país que queira ou que aceite praticar relações diplomáticas com Taiwan está automaticamente a pôr em risco as suas relações com a China e a provocar o fim destas mesmas. Dito isto, Taiwan está condicionado por uma situação extremamente sensível e de pouca mobilidade política. A diferença que interessa salientar no caso de Taiwan para com as restantes regiões mencionadas é a forma como os ataques aos Direitos Humanos são feitos, porque enquanto nos restantes

³ Hong Kong apresentar uma espécie de “miniconstituição” denominada por Lei Básica de Hong Kong e que compreender semelhanças a uma constituição, mas não é uma na sua totalidade. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-49633862>

casos os ataques aos DH são claros, no caso de Taiwan a situação altera-se por completo. Estaremos numa situação assente no Princípio da Autodeterminação dos Povos, medida aceite na Carta das Nações Unidas, ou num “simples” conflito de interesses políticos ao nível interno? Com a reeleição de Tsai Ing-wen do Partido Democrático Progressista e ideologicamente a favor de uma maior independência de Taiwan, mas não de forma imediata, a China, “mainland”, tem salientado cada vez mais a sua posição contra a independência desta ilha, sendo capaz de recorrer ao uso da força para reivindicar a sua posição.

Colocando a China de lado por uns breves momentos, esta questão da reivindicação dos povos dentro de estados soberanos em pleno século XXI não é novidade nenhuma. Desde o caso da Catalunha, que digamos que foi um dos eventos que mais mediatismo apresentou em 2017, a nação dos curdos que se encontra espalhada pela Turquia, pela Síria, pelo Irão e pelo Iraque e que gostaria de ter o seu próprio Estado, e até as discussões de uma Irlanda unida, estas são ambas problemáticas que continuam a surgir consecutivamente e sem óbvias e claras respostas. Porém, gostaria de colocar ainda a questão do caso de Taiwan de outra forma. Esta ilha tem ou não tem direito à sua autodeterminação e deve ou não a Comunidade Internacional se intrometer neste assunto e abrir caminho para uma progressiva independência e aprovação de um novo estado? Ou este é apenas mais um assunto interno do qual os países não têm o direito de se intrometerem?

3. O caso de Sinqião (uigures)

Uma das problemáticas que mais abalou a Comunidade Internacional em 2020, à exceção da Pandemia, foi a descoberta de campos de reeducação para a população Uigur na região de Sinqião, colocando a China, mais uma vez, no centro das atenções do mundo. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, a China nunca apresentou uma posição favorável no que toca às suas minorias, principalmente a minoria turca muçulmana, mas desta vez excedeu totalmente as expectativas internacionais. Considerando que os campos de reeducação estivessem eliminados e nunca mais fossem utilizados como método de justiça após os julgamentos nos tribunais internacionais no começo da Guerra Fria e com a aprovação da Carta das Nações Unidas, a China é apesar disso, ainda um dos países que adota esta medida como forma de prevenção de comportamentos vistos como “incorretos” aos olhos do partido comunista.

No final de 2019, por volta de novembro, este caso já fazia furor nas redes sociais e foi muito discutido entre vários líderes mundiais. De facto, surgiram várias investigações por entidades privadas interessadas em descobrir mais sobre as atividades praticadas pela China e a miséria a que os uigures foram expostos. O *The New York Times* relata o acontecimento de estudantes de Hong Kong que, ansiosos para voltar a casa e de se reunirem com as suas famílias, foram deparados com a notícia de que muitos dos seus familiares foram para campos de reeducação por estarem envolvidos em radicalismos religiosos. Estas informações foram obtidas graças a um *leak* do Partido Comunista com 403 páginas feito por um dos seus membros, que insistiu em manter o seu anonimato. Anteriormente ao conhecimento destes campos de reeducação, Xinjiang já tinha sido vítima de alguns atentados e bombardeamentos que resultaram em várias mortes. Outra investigação de salientar é a “The Xinjian Data Project” feita pela Australian Strategic Policy Institute’s International Cyber Policy Centre que expõe a quantidade de edifícios religiosos que foram destruídos, os planos de esterilização e de controlo de natalidade dos uigures, os planos de trabalho forçados a que muitos são sujeitos e, menciona também algumas sugestões de como a Comunidade Internacional poderia lidar com este assunto. Algumas das soluções passam pela criação de uma investigação por parte da UNESCO e do ICOMOS, pressões governamentais e o desenvolvimento de sanções para que a China coloque um fim a estas ações.

4. Reação da Comunidade Internacional

Depois de compreendida a complexidade das situações que a China levanta para com a Comunidade Internacional, é importantíssimo que sejam agora mencionadas algumas das soluções ou atitudes que esta tem tido nos últimos tempos.

Os relacionamentos, quer ao nível dos mercados, quer ao nível das relações diplomáticas, entre a China e os restantes países, devem ser feitos num ambiente adequado, ou seja, sem as provocações que a República Popular afronta, de forma a permitir uma interação sem entraves.

Face a estes problemas, alguns países, como é o caso da Alemanha, têm-se preocupado muito em agir contra os ataques aos Direitos Humanos. Perante a notícia do aparecimento de campos de “reeducação” para a minoria uigure, a

Alemanha demonstrou que não se iria calar perante este assunto. No passado dia 6 de outubro, o embaixador alemão Christoph Heusgen fez uma declaração juntamente com mais 39 países - Portugal foi um dos países da União Europeia que ficou de fora desta declaração - em que assinalaram a necessidade de a China não só assentar o seu dever de entidade respeitadora dos Direitos Humanos e de colocar um término às explorações feitas em Xinjiang, como também salientaram a forma como as novas leis para Hong Kong não vão de acordo com as obrigações legais internacionais que a China é obrigada a respeitar. Este continua a ser um tema de grandes discussões dentro do palco internacional perante o qual a China não demonstra uma atitude de mudança, mas sim de descontentamento para com as reações dos seus parceiros internacionais.

Numa outra nota, focando agora no papel dos Estados Unidos, a sua resposta não ficou muito aquém das expectativas. Ainda em 2019 e com continuação para 2020, os EUA criaram um projeto de lei com vista a condenar os comportamentos chineses na região de Sinqião, que contou com bastantes apoiantes no Congresso. Este projeto de lei foi totalmente negado por Xi Jinping que continua a justificar estes campos como estruturas educativas, e nada mais. Para além deste projeto de lei, Donald Trump pediu uma reunião urgente no mês de maio com o Conselho de Segurança para debater a nova lei aplicada à região de Hong Kong onde fez questão de mencionar a falta de "transparência e responsabilização internacional pelas suas ações" (*Sic Notícias*, 2020) por parte de Pequim. Sem muitas surpresas, a China continua a recusar estas acusações afirmando que se trata de um assunto de questão interna, e não internacional.

Perante as argumentações chinesas, deve ou não a Comunidade Internacional manter o seu silêncio para com as relações do governo de Pequim com os seus cidadãos, ou deve apresentar medidas de coação para alterar esta forma agir? Será este um momento de viragem para as relações internacionais e as relações de poder entre os estados da anarquia internacional?

Existiram alguns momentos após a criação das Nações Unidas em que muitos manifestaram o seu papel insuficiente para agir e criar mudanças estruturais no sistema. Temos o caso do genocídio do Ruanda, conflito que se iniciou em 1990 e terminou em 1994, um dos maiores genocídios conhecidos pela Humanidade, momento este em que as Nações Unidas desistiram do povo Tutsi quando estes mais precisaram, retirando do país as suas tropas.

Infelizmente, ainda existem mais casos em que a ação do Conselho de Segurança foi insuficiente, permitindo a morte de várias pessoas por todo o globo.

Também é importante mencionar que, com os constantes progressos resultantes de uma sociedade mais globalizada, conseguimos compreender que os estados não são os únicos atores capazes de alterar o sistema ou certos comportamentos. De facto, a discussão sobre as alterações climáticas ganhou mais mediatismo e debates governamentais graças à pressão feita pelos indivíduos que, perante um problema, decidiram apresentar as suas próprias soluções. E o mesmo não é diferente para os ataques aos Direitos Humanos numa superpotência mundial. A China pode não “oferecer” ou respeitar a liberdade de expressão dos seus cidadãos, mas vários indivíduos de muitos países democráticos estão a demonstrar a sua compaixão para com as populações chinesas e até exigem melhorias na sua qualidade de vida. Algumas pessoas famosas decidiram dar a sua opinião sobre o assunto, mas algumas acabaram por ser prejudicadas por essa razão. A famosa cantora pop sueca Zara Larsson ao defender uma posição negativa face às atitudes chinesas, acabou por perder um contrato com a marca Huawei, empresa chinesa de telecomunicações.

Para além dos indivíduos enquanto atores importantes da Sociedade Civil, os mercados já estão também a responder aos efeitos nefastos das ações chinesas. A empresa H&M no passado dia 16 de setembro lançou a notícia de que iria cortar relações comerciais com a empresa Huafu Fashion e que não iria fazer negócio com outras empresas em Xinjiang por estas cometerem crimes de trabalho forçado para com as minorias desta região.

Os mercados são um dos temas que mais interessam ao governo comunista. Desde a sua abertura ao exterior, a China tem criado vários planos económicos para se colocar no topo das vendas e à frente da sua concorrência. Por isso, este tipo de pressões vindas de empresas privadas poderão ser um fator importante para que a República Popular repense melhor na sua estratégia económica e geopolítica.

Contudo, as questões iniciais mantêm-se. Serão estas pressões suficientes para colocar a China numa nova perspetiva ideológica e de atuação?

Uma das questões que mais complexifica este tipo de problemas é o uso de poder noutros países. Com a constituição do estado soberano alinhado com

uma anarquia internacional, a força dos estados não pode ser utilizada sob o território de outrem sem mais nem menos. Este tem sido um dos argumentos mais utilizados pela China para “desculpar” os seus atos criminosos. Então, qual deve ser o papel da Comunidade Internacional que se vê constantemente desafiada pelas atitudes chinesas?

O século XXI é considerado como um período de ambiguidade política por vários investigadores, economistas, especialistas, e por todos nós também, devido à imprevisibilidade dos acontecimentos que compõe este período histórico. As crises capitalistas que tanto abalaram várias famílias e governos. As consequências das alterações climáticas que já se começam a sentir. Os problemas de racismo sistémico e de machismo estrutural a finalmente serem debatidos graças aos movimentos *Black Lives Matter* e *#MeToo*. O desenvolvimento exponencial da tecnologia que permite, não só facilitar e melhorar a nossa qualidade de vida, como prejudicar governos com ataques informáticos. Estes são alguns dos acontecimentos que estão a alterar de forma radical o nosso sistema e, por isso, acredito que a Comunidade Internacional deva apresentar novas soluções aos problemas que vão ocorrendo, como é o caso da atuação chinesa.

Agora, mais do que nunca, deve ser aberto o jogo para o debate político. A Sociedade Internacional não pode ficar de braços cruzados e esperar por outro evento, como uma possível grande crise ou um ataque bélico, para criar leis internacionais que protejam os seus cidadãos. Os Direitos Humanos são um dos temas das Relações Internacionais que mais suscitam o interesse dos nossos jovens, em que estes mais prestam ações de voluntariado nas várias organizações internacionais e não governamentais, por isso, chegou a hora dos estados membros das nações unidas finalmente tomarem uma posição diferente de poder e se demonstrarem igualmente interessados em criar melhorias humanitárias. Sanções, conversações, pressões políticas, cortes de contratos com empresas chinesas, são algumas das soluções que os países poderiam utilizar num período de tamanha instabilidade. A China demonstra-se como um peão essencial no multilateralismo do século XXI, distintamente da atual presidência norte-americana, por isso, de forma a incentivar o melhor uso desta ferramenta geopolítica, esta superpotência terá de ser devidamente questionada e julgada pelas ações que tem vindo a ter ao longo dos tempos de maneira a sobreviver no sistema internacional.

5. Considerações finais

Num momento de grandes incertezas como o que hoje vivemos graças à pandemia, que tanto nos ajudou a compreender a imprevisibilidade dos acontecimentos e as consequências que possam surgir da má resolução de problemas, é agora essencial criar condições imediatas que possibilitem, tanto aos estados como aos indivíduos, procurar soluções razoáveis e práticas. A China tem causado vários problemas ao nível dos Direitos Humanos desde muito cedo e, por essa mesma razão, seria de esperar uma atitude mais proativa por parte da Comunidade Internacional perante um assunto que não apresenta quaisquer surpresas.

Desde a China Imperial até à China Comunista verificou-se uma mudança na ideologia política do país e dos seus governantes, mas no que diz respeito às suas minorias étnicas e religiosas, a situação manteve-se praticamente na mesma. Na região de Sinqião, as suas minorias, com um maior enfoque para os uigures, sempre se encontraram muito constrangidos pelas suas influências muçulmanas. Os governadores da região, especialmente no decorrer da Dinastia Qing, viram-se confrontados por muitas tensões com o governo central chinês, tendo visto a independência do seu território ser-lhes retirada por pretensões imperialistas. Atualmente, esta minoria continua a ser brutalmente perseguida e colocada em campos de reeducação pelo Partido Comunista. Para além desta região, o Tibete apresenta uma situação também semelhante. De religião maioritariamente budista, a região Tibetana usou, sem sucesso, todas as suas capacidades para lutar contra as forças opressoras chinesas e manter a sua independência. É ainda hoje uma região que se encontra em constantes discussões sobre a sua independência, tanto a nível nacional, como internacional, sem ainda ter conseguido chegar a um consenso oficial. Já Yunnan, que se pode compreender como uma região mais “pacífica” no que toca a pretensões independentistas, foi na mesma uma região que lutou pela sua autonomia, mesmo que isto resultasse na morte dos seus cidadãos.

O padrão de governação chinês, independentemente do período histórico, caracteriza-se pela perseguição daqueles que são considerados “diferentes”, pois estes são meramente vistos como uma ameaça ao poder central e não cidadãos com a sua própria individualidade.

O mesmo ocorre noutras regiões da China onde, graças a vários intercâmbios culturais, como é o caso de Hong Kong, e aos desentendimentos

governamentais com a população da ilha de Taiwan, surgem movimentos nacionalistas independentistas. A definição de estado, de nação, e até da junção destas duas palavras numa só, provoca com alguma frequência várias discussões de foro político. Por essa mesma razão é relevante avaliar as pretensões de Hong Kong e de Taiwan, como também questionar a forma de atuação da China que, como se tem visto, não tem sido muito positiva. Desde perseguições a manifestantes a ameaças do uso da força, a China demonstra atitudes pouco éticas e nada adequadas com o humanitarismo internacional.

A Comunidade Internacional, pioneira da Democracia, está cada vez mais informada e interessada em tópicos que mencionem a República Popular China, para além dos assuntos comerciais. Acredito que seja reconhecível que, com o desencadear dos acontecimentos relacionados com a minoria uigur, a Comunidade Internacional tenha finalmente acordado para outros problemas da China e que tenha decidido tomar uma posição mais assertiva relativamente a estes assuntos. Agora, num momento tão decisivo como o que hoje encaramos, é crucial aos países tomarem posições decisivas e prestarem soluções benéficas a todos aqueles a quem lhes forem retirados os seus direitos mais fundamentais.

Para além da Comunidade Internacional, é de louvar o desenvolvimento que a sociedade tem cada vez mais demonstrado. Num ambiente mais igualitário, infelizmente ainda não perfeito, onde o desenvolvimento tecnológico está presente nas vidas de quase todos, é crucial ressaltar como cada um de nós se encontra mais envolvido em temas como os Direitos Humanos. O mesmo se trata para várias empresas internacionais. Com as “revoltas sociais” em plataformas digitais e a existência de empresas mais conscientes e menos preocupadas com o lucro, acredito que haja uma maior possibilidade de a China rever os seus comportamentos e começar a compactuar com as novas regras de trato social, o respeito aos direitos básicos.

Para concluir, a China é um país com um potencial imenso e isso é evidente com os grandes planos económicos que esta já realizou, por isso, acredito que lhe seja possível exceder as suas capacidades noutra campo que não a economia, mas sim o campo social. Muitos países desenvolvidos, como os estados membros da União Europeia, o Reino Unido, o Canadá, entre muitos outros, são fiéis respeitadores da Carta das Nações Unidas, ao mesmo tempo que se preocupam em alcançar os seus objetivos económicos. Dito isto, a China apresenta à sua disposição todos os mecanismos capazes para alcançar

excelentes resultados nas mais variadíssimas áreas, apenas necessita de um pequeno “empurrão” para lá chegar.

Referências

Administração Central do Tibete. (2020). *Facts about the 17 point agreement*. India. Department of Information and International Relations, Central Tibetan Administration, Gangchen Kyishong.

Administração Central do Tibete. (2020) *International Resolutions and Recognition on Tibet (1959 to 2004)*. India. Department of Information and International Relations, Central Tibetan Administration, Gangchen Kyishong.

Antonucci, D. (2019). In the Service of the Emperor: Félix da Rocha S.J. (1731-1781) and Qianlong’s “Ten Great Campaigns” Davor Antonnuci. *Orientis Aura | Macau Perspectives in Religious Studies*, NO. 3, 61-79

Australian Strategic Policy Institute’s International Cyber Policy Centre. (2020). *The Xinjiang Data Project*. Australia: Australian Strategic Policy Institute’s International Cyber Policy Centre

BBC. (2019, November, 20). Hong Kong: What is the Basic Law and how does it work?.*BBC*. . Retrieved from <https://www.bbc.com/>

BBC. (2020, July 20). The Uighurs and the Chinese state: A long history of discord. *BBC*. Retrieved from <https://www.bbc.com/>

Bilski, A. (1989, June 19). A measured world response. *Maclean’s Archive*. Retrieved from <https://archive.macleans.ca/>.

Britannica. (2020). Caste. Retrieved from <https://www.britannica.com/>

Britannica. (2020). Dzungar. Retrieved from <https://www.britannica.com/>

Britannica. (2020). Muslims Rebellions. Retrieved from <https://www.britannica.com/>

Britannica. (2020). Yunnan. Retrieved from <https://www.britannica.com/>

Britannica. (2020). Khoja. Retrieved from <https://www.britannica.com/>

Chen, H. (2020, August 6). Celebrities Have Used Their Platforms to Speak Out on Social Justice Issues. But Why Won’t They Stand Up to China?.*VICE*. Retrieved from <https://www.vice.com/>

Cheung, H. & Hughes, R. (2019, June 12)._A polémica lei que levou a novos protestos de rua em Hong Kong. *BBC*. Retrieved from <https://www.bbc.com/>

Cheung, H. & Hughes, R. (2020, May 21). Why are there protests in Hong Kong? All the context you need. *BBC*. Retrieved from <https://www.bbc.com/>

- Cohen, M.L & Teiser, S.F. (2020). Living in the Chinese Cosmos, Understanding Religion in Late-Imperial China (1644-1911). *Asia for Educators*. Retrieved from <http://afe.easia.columbia.edu>
- Colarossi, N. (2020, March 4). Temples, opera, and braids: Photos reveal what China looked like before the Cultural Revolution. *Business Insider*. Retrieved from <https://www.businessinsider.com/>
- Davidson, H. (2020, September 22). Report charts China's expansion of mass labour programme in Tibet. *The Guardian*. Retrieved from <https://www.theguardian.com/>
- Dillon, M. (2020, January 1). A Uighurs' History of China. *History Today*. Retrieved from <https://www.historytoday.com>
- Editors, H. (2019, June 7). Boxer Rebellion. *HISTORY*. Retrieved from <https://www.history.com/>
- Editors, T. (2020, November 16) .Document: What Chinese Officials Told Children Whose Families Were Put in Camps. *The New York Times*. Retrieved from <https://www.nytimes.com/>
- Editors, H. (2020). Tiananmen Square Protests. *HISTORY*. Retrieved from <https://www.history.com/>
- Edmondson, C. (2020, July 1). House Passes Uighur Human Rights Bill, Prodding Trump to Punish China. *The New York Times*. Retrieved from <https://www.nytimes.com/>
- Elleman, B.A. & Paine, S.C.M. (2019). Part II: Dynastic Decline and Collapse 1842-1911. *Modern China: Continuity and Change, 1644 to the Present* (pp. 151- 274).
- Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Botswana. (2020). *the History of Tibet of China*. Botswana: Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Botswana
- Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Moldova. (2020). *Photo Exhibition '50 Years of Democratic Reform in Tibet'*. Moldova: Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Moldova
- France-Presse, A. (2020, Septembre 16). H&M cuts ties with Chinese supplier over Xinjiang forced labour accusations. *South China Morning Post*. Retrieved from <https://www.scmp.com/>
- Freeman, C. (2020). *China's Current Problems and Prospects*. Washington, D.C.: Middle East Policy Council
- Griffiths, J. (2019, June 10). More than 1 million protest in Hong Kong, organizers say, over Chinese extradition law. *CNN*. Retrieved from <https://edition.cnn.com/>
- Goldschmidt, E. (2007). (Review of the book "The Chinese Sultanate: Islam, Ethnicity, and the Panthay Rebellion in Southwest China, 1856-1873" by David G. Atwill). *Stanford University Press*.
- Human Rights Watch. (2016). *Tiananmen Archives, 1989-2004*. New York: Human Rights Watch

- Hollingworth, J. (2019, April 29) .Hong Kong protesters hold biggest march in 5 years, political group says. *CNN*. Retrieved from <https://edition.cnn.com/>
- Kissinger, H. (2011). *Da China* (1st ed). Lisbon: Quetzal Editores
- Kuo, P. & Suettinger, R.L. (2020). Yunnan. *Britannica*. Retrieved from <https://www.britannica.com>
- Lama, T. (2020). The Dalai Lama, Brief Biography. *His Holiness The 14th Dalai Lama of Tibet*. Retrieved from <https://www.dalailama.com/>
- Little, B. (2019). How Hong Kong Came Under 'One Country, Two Systems' Rule. *HISTORY*. Retrieved from <https://www.history.com/>
- Lusa. (2020, May 28). China recusa discutir Hong Kong em reunião do Conselho de Segurança da ONU. *Sic Notícias*. Retrieved from <https://beta.sicnoticias.pt/>
- McGovern, J. & Rubio, S. (2004). *2004 Amendment to the Constitution of the People's Republic of China*. Washington, D.C. : Congressional-Executive Commission on China
- Mendes, N.C. (2017). *História e Conjuntura das Relações Internacionais* (1st ed). Lisbon: ISCSP
- Minority Rights Group International. (2017). *Tibetans*. London: Minority Rights Group International. Retrieved from <https://minorityrights.org/>
- Pedroso, P. (2019, October 11). Os curdos, abandonados de novo. *Diário de Notícias*. Retrieved from <https://www.dn.pt>
- Public Law 116-145-June 17,2020. (2020). *Uyghur Human Rights Policy Act of 2020*. Washington, DC: U.S. Government.
- Ramzy, A. & Buckley, C. (2019, November 19). 'Absolutely No Mercy': Leaked Files Expose How China Organized Mass Detentions of Muslims The New York Times. Retrieved from <https://www.nytimes.com/>
- Rep. Smith, Christopher H. (2019) *H.R.649 - Uyghur Human Rights Policy Act of 2019*. Washington, DC: U.S. Government. Strategic Policy Institute
- Schimmel, A. (2020). Sufism. *Britannica*. Retrieved from <https://www.britannica.com/>
- Statement by Ambassador Christoph Heusgen on behalf of 39 Countries in the Third Committee General Debate, October 6, 2020 - https://new-york-un.diplo.de/un-en/news-corner/201006-heusgen-china/2402648_26/11
- Singh, N. (2016, August 26). Yunnan: China's Bridge to South and Southeast Asia. *The Diplomat*. Retrieved from <https://thediplomat.com/>
- TRTWORLD.(2018, November 28). Twelve times the UN has failed the world. *TRTWORLD*. Retrieved from <https://www.trtworld.com/>

Underground, C. (2017, January 23). The History Of Yunnan. China Underground. Retrieved from <https://china-underground.com>

Winfield, N. (1999). *UN Failed Rwanda*. New York: Global Policy Forum. Retrieved from <https://www.globalpolicy.org/>

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

BALEIA, Tatiana. «Os Conflitos Religiosos e Políticos na China: As dificuldades de uma superpotência em reputar os Direitos Humanos», *Working Paper #105*, Observatório Político, publicado em 20/07/2021, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.